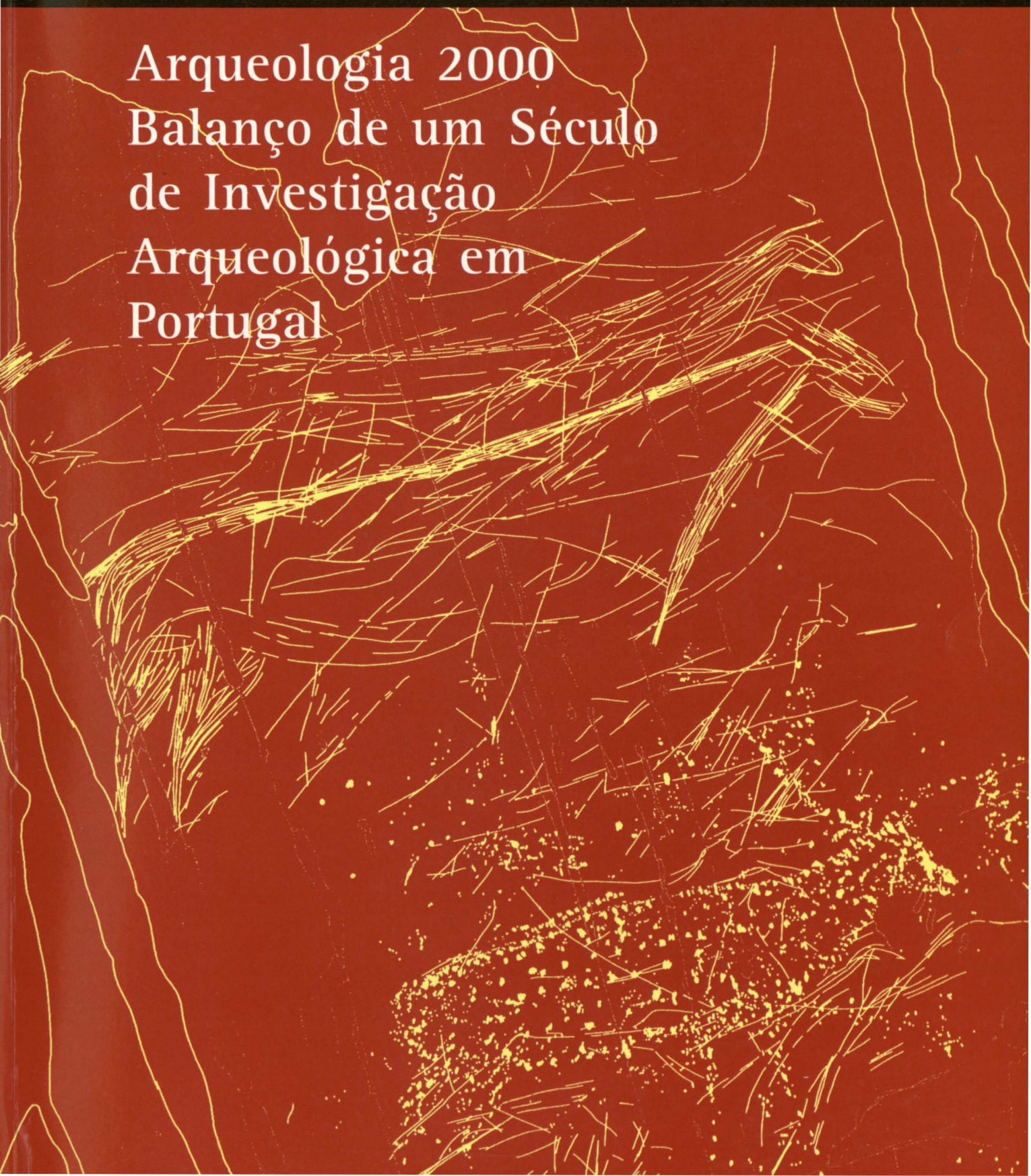


# ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº54 | 2002

## Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal



Titulo

*Arqueologia e História*

Volume

54

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Largo do Carmo, nº 4, 1º direito, 1200-092 Lisboa  
Tel.: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52  
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Coordenação

José Morais Arnaud

Projecto gráfico

*oficina de design* Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros  
Capa 2.º desenho original de M. V. Gomes

Impressão

Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.  
Praceta da República, 15 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião  
Tel.: 21 938 14 50 · Fax: 21 938 14 52  
e-mail: europress@mail.telepac.pt

Tiragem

1000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Depósito legal

73446/93

*Solicita-se permuta*  
*Exchange wanted*

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva  
responsabilidade dos respectivos autores

Patrocínio



# Arqueologia urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento

Francisco Sande Lemos

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho  
Largo do Paço, 4709 BRAGA CODEX

## Introdução

Quando em 1985, em Setúbal, no I Colóquio de Arqueologia Urbana, de parceria com Manuela Delgado e Alexandra Gaspar, apresentei um texto sobre o Salvamento de *Bracara Augusta* tinha uma perspectiva normativa da *praxis* da Arqueologia Urbana (Gaspar et alii 1985)<sup>1</sup>.

Quinze anos volvidos o meu entendimento é muito céptico, não do ponto de vista da intervenção, da *praxis*, mas no plano teórico. De facto, não só em Portugal, como também noutros países da EU tem-se verificado a natureza contingente das normas idealizadas, o carácter efémero dos projectos face à vertigem do tempo. Neste sentido, o cepticismo tem a vantagem de iluminar, com luz crua e forte, as contradições que dilaceram universos aparentemente harmoniosos ou planificáveis, como os Atlas do Subsolo Urbano, ou as Cartas de Risco, ou os PDM. São indicadores úteis, mas criam ilusões, porque as cidades actuais estão vivas e modificam-se a um ritmo cada vez mais alucinante.

Aliás, as metodologias sobre a gestão do património arqueológico urbano têm sido matéria de diversos artigos pelo que somente poderia repetir propostas e opiniões já publicadas (Santos 1985; Silva 1994; Martins 1997).

Por outro lado, abriu-se uma nova fase em que o poder, provavelmente assustado com o caos que o mundo urbano produz, pretende revalorizar a cidade. Assim proliferam projectos de reabilitação dos Centros Históricos, alargam-se as superfícies pedonais, renovam-se os equipamentos, organizam-se novos espaços urbanos de qualidade, multiplicam-se as candidaturas a Património Mundial e sucedem-se as capitais culturais europeias.

Deste modo, quando aceitei o convite para apresentar esta intervenção pensei em duas hipóteses: relatar a evolução do projecto de *Bracara Augusta*, como paradigma, ou esboçar uma história da Arqueologia Urbana em Portugal.

Contudo, sobre aquele projecto já foi publicado um número razoável de textos, dos quais referimos apenas alguns (Nunes 1978; Delgado et alii 1989; Lemos et alii 1995; Martins et alii 1996; Martins e Lemos 1998)

Por outro lado, no III Congresso de Arqueologia Peninsular apresentei um esboço da história da AU em Portugal, com uma proposta de periodização, pelo que remeto para a leitura desse texto.

Assim, para este colóquio achei mais interessante levantar uma questão: a *polis* é a sede do poder e do conhecimento, pelo menos nas sociedades complexas. Sendo assim, é importante dissecar a relação que se estabelece entre o triângulo Poder, Conhecimento e Polis (ou Urbe, ou Cidade). Para tanto pensámos em analisar algumas situações aparentemente anómalas que evidenciam o estado da Arqueologia Urbana, ao fechar o século XX:

- a extensa ferida aberta no subsolo arqueológico de *Aeminium*/Coimbra nos anos 40 pela Nova Cidade Universitária.

- os dificuldades do desenvolvimento da Arqueologia Urbana em Lisboa, a capital do Estado.

Terminarei a intervenção com um breve balanço dos primeiros projectos de Arqueologia da Cidade, que surgiram nos anos 70.

[Para efeitos operatórios, a nível do discurso, assumimos que o poder tem a sua expressão efectiva nos chamados órgãos de soberania e de tutela; o conhecimento é o território por excelência das universidades e das academias; e a polis o espaço urbano, onde reside o presente, onde os cidadãos vivem, e onde se desenvolveu um novo *forum*, os media, que tendem a substituir a praça como local de discussão]

## 1. A Alta de Coimbra

A relação do Estado Novo com o passado arqueológico foi marcada pela ambiguidade. Por um lado, foram recuperadas numerosas ruínas medievais e mesmo dos períodos anteriores à formação do Reino. Por exemplo, foi no Estado Novo que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais apoiou sucessivas campanhas de estudo e limpeza da Citânia de Briteiros, incluindo a construção de uma pequena infra-estrutura de apoio aos visitantes.

Já na fase final do regime, lançaram-se as bases do segundo parque arqueológico português: *Conim-*

*briga* (ruínas; Museu e conhecimento).

A Junta Nacional de Educação, ao longo de décadas, classificou e protegeu, com maior, ou menor, eficácia uma extensa lista de arqueossítios.

Marcelo Caetano no seu excelente livro *As Minhas Memórias de Salazar*, por contraste com a inoperância da República, sublinhou a acção do Estado Novo no restauro das lamentáveis ruínas dos castelos que evocavam os primórdios da nacionalidade, referindo-se explicitamente a Óbidos, que cita como exemplo (1977). Mas, omitiu a mutilação da Alta de Coimbra, cujo processo iremos adiante evocar. E, não alterou de forma incisiva as estruturas e a política do Estado Novo, durante o seu breve mandato de seis anos (1968-1974).

Paralelamente, o Estado Novo fazia juz à sua designação e apoiou as correntes modernistas, que tiveram a sua expressão no domínio da cultura na política de António Ferro e nas áreas do urbanismo e das obras públicas na política de Duarte Pacheco.

Uma das realizações da Nova Arquitectura, de inspiração alemã e italiana, foi a Cidade Universitária da Alta de Coimbra.

As extensas demolições e desaterros efectuados num lugar mítico da história da Universidade portuguesa, afectando gravemente o património edificado da zona e apagando a eventual informação arqueológica retida no subsolo, difere do que se passou em Braga nos anos 60 e 70. Nesta cidade a destruição estimada de dez hectares de subsolo com valor arqueológico decorreu de um crescimento urbanístico desordenado e especulativo, quebrando com as linhas históricas de desenvolvimento da cidade.

A alteração na Alta de Coimbra foi cuidadosamente planeada, executada ao longo de várias décadas (desde os anos 40 até 1975) e teve por objectivo materializar, no novo património edificado, a força da poder. A *polis*, neste caso, foi desfigurada por uma política que se pretendia inserir num tempo de longa duração, na esfera monumental, impondo a Coimbra uma nova acrópole.

As alterações produzidas na fisionomia e morfologia da Alta de Coimbra, resultantes da construção da nova cidade universitária deram origem a numerosa bibliografia. Não temos espaço nesta intervenção, nem

saber suficiente, para analisar com mais profundidade o complexo e contraditório processo de construção da nova Cidade Universitária. Seguimos de perto o livro de Nuno Rosmaninho, publicado em 1996. Noutra perspectiva, folheámos, de novo, o célebre Álbum de fotografias sobre a Alta de Coimbra, impresso em 1984.

Entre várias considerações sobre as diversas face-tas do projecto, Nuno Rosmaninho transcreve um despacho de Oliveira Salazar que consideramos eluc-idativo: "Concordo com a reorganização da Comissão da Cidade Universitária, que julgo ter sido constituída pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Uma vez reorganizada entendo que deve continuar os seus trabalhos e ouvir a Universidade no aspecto pedagógico do problema a resolver. Suponho porém inconveniente que a mesma seja obrigada a seguir o parecer da Universidade nos referidos assuntos, pois não trabalha subordinada áquele estabelecimento de ensino nas ao Governo. 15 de Junho de 1938. (trans-crito de Rosmaninho 1996, p. 73).

O Estado Novo, cioso do seu poder, da força do apa-relho de Estado não foi sensível à cidade como legado histórico e como espaço habitado. Aparentemente con-siderava-se acima do local do conhecimento por exce-lência (a Universidade).

Todavia, embora a edificação dos novos edifícios da Universidade de Coimbra tenha "obliterado", termo lapi-dar de Jorge Alarcão (s/d; ver bibliografia) os arrua-mentos de uma parte da Alta, ainda restam naquela cidade suficientes espaços a possibilidade para dirimir as interpretações diferentes sobre o urbanismo da cidade.

O estudo arqueológico sistemático de Coimbra será, porventura, decisivo, para se determinar a fronteira entre a influência duradoura do urbanismo islâmico Sabemos que *Olisipo* e *Scallabis* foram profundamente marcadas pelo urbanismo islâmico em contraposição às cidades cristãs do Norte, em que os traços dos mode-los romanos não foram profundamente alterados, como já se estabeleceu no caso de *Bracara Augusta*.

Sobre *Aeminium*, Jorge Alarcão já expressou o seu entender, considerando que a malha romana, devida-mente adaptada às condições geo-morfológicas, se con-servou, tanto na plataforma superior, como nas encostas

que descem para o Mondego (Alarcão s/d). Há outras opiniões, que encontram traços de marcada influência islâmica em Coimbra.

Cumprê à Arqueologia esclarecer esta questão.

## 2. Lisboa

Lisboa é, sem dúvida, um dos arqueossítios mais notá-veis do país e da Península Ibérica. Para além de precedentes ocupações, sem continuidade, os dados arqueológicos disponíveis estabeleceram uma cronologia de três mil anos como aglomerado populacional: povoado proto-histórico; urbe romana; cidade islâmica; capital do reino e dos descobrimentos; cidade barroca e iluminista; a grande polis da Época Contemporânea. Considerando a riqueza do subsolo de Lisboa, o seu estatuto de capital, a concentração de recursos humanos, teria sido natural que a Arqueologia Urbana tivesse começado na capital<sup>2</sup>.

As condições eram propícias: o terramoto de 1755 alertou para a existência de importantes ruínas, os estudos olisiponenses congregavam numerosos investi-gadores; ao longo do século XIX os eruditos registaram numerosos achados e recolheram inúmeros peças, designadamente epigráficas. Na Associação dos Arqueó-logos, como já apontou Luís Raposo, criou-se, mesmo, uma secção de estudos olisiponenses, com grande actividade.

Nos anos 60 a abertura do metropolitano feriu uma área nuclear de Lisboa medieval e periférica da cidade romana, resultando achados arqueológicos.

Assim, um dos possíveis momentos para a abertura de um projecto de Salvamento teria sido o rasgão pro-vocado pela abertura do metro e da estação do Rossio, que de facto fica sob a Praça da Figueira. Havia pelo menos três intervenientes possíveis: a Junta Nacional de Educação, a Faculdade de Letras de Lisboa e o Museu da Cidade. Aparentemente, nenhuma destas três enti-dades teve poder suficiente para assegurar trabalhos prévios, numa área que se reconhecia sensível. O Museu da Cidade, através de Irisalva Moita destacou-se como a entidade mais interveniente e preocupada (Moita e Leite 1985).

Não pretendemos constituir arguidos, individuais ou colectivos, mas é evidente que o edifício de defesa do património arqueológico erguido pelo Estado Novo não se encontrava preparado para a turbulência da Arqueologia Urbana. Nem o poder académico. A arqueologia praticava-se fora da polis, fora da política, no mundo rural conservado e idealizado pelo salazarismo.

O seguinte ensaio de uma nova intervenção arqueológica urbana em Lisboa ocorreu em 1965-1967 e teve como local o Teatro Romano de Lisboa. Com o apoio do município realizaram-se escavações, as quais não tiveram continuidade, por motivos que ignoramos.

A reforçar o fracasso destes fugazes ensaios de Arqueologia Urbana ocorreu em 1981 a intervenção, no Campo das Cebolas, na Casa dos Bicos.

Anteriormente, em textos e em aulas temos assinalado a referida data, 1981, como início da prática da Arqueologia Urbana em Lisboa. Todavia, uma leitura mais atenta das actas do I Colóquio de Arqueologia Urbana, em Setúbal, dá conta de duas versões distintas: segundo Irisalva Moita o acompanhamento arqueológico teria sido exigido pelo autarquia. De acordo com Clementino Amaro e Ana Duarte foi solicitado pelo Comissariado da XVIII Exposição de Arte, Ciência e Cultura. Por outro lado, a descrição dos trabalhos conforme está registada no texto dos dois autores atrás mencionados remete-nos para um mero acompanhamento, devido às pressões do dono da obra, com grave prejuízo da metodologia arqueológica e do volume de informação obtido. Julgo, pois, ser impossível continuar a indicar a data de 1981 como parâmetro para o começo da Arqueologia Urbana em Lisboa.

De resto, ao longo da década poucas mais intervenções houve na área de Lisboa e, quando houve, foram desgarradas

Julgamos que a AU em Lisboa começou a ganhar solidez nos primeiros anos da década de 90, com todo um conjunto de intervenções extensas, como por exemplo o estudo do claustro da Sé, o qual facultou dados arqueológicos sobre o urbanismo romano e a transformação daquele espaço no período islâmico. Só na década de 90 se procurou estabelecer uma política para o estudo arqueológico da cidade de Lisboa, através da

Divisão de Salvaguarda e Valorização do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Curiosamente, José Manuel Fernandes situa no início da década de 90 o advento de uma política coerente do município no sentido de ordenar a cidade e requalificar os diversos bairros históricos (Fernandes 1994).

Nessa mesma década, em 1994, Lisboa Capital da Cultura facilitou a publicação de toda uma série de textos de grande interesse para a história da Arqueologia Urbana de Lisboa no catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea. Para lá do valor intrínseco de cada um, revelam, no seu conjunto, a pulverização de discursos sobre o subsolo arqueológico da cidade. Fundamentam-se, na generalidade, sobre antigos achados e quase sempre incluem uma nota sobre a falta de trabalhos arqueológicos em extensão.

Nos textos sobre a história de Lisboa não faltam as súplicas à intervenção da Arqueologia. A mais emotiva que, por isso, não resistimos à tentação de transcrever, será talvez a de Cardim Ribeiro: " ... exortamos os nossos colegas que praticam regulares trabalhos arqueológicos em *Olisipo* e respectivo *agri* para que publiquem detalhadamente os resultados das suas escavações. Urge ultrapassar o estado embrionário em que ainda se conserva a história de *Olisipo*" (1994, p. 92). A partir de Lisboa Capital da Cultura, e da EXPO 98, em paralelo com a fragmentação do IPPC, o Museu da Cidade parece assumir um maior protagonismo, claramente expresso no artigo publicado no artigo publicado no número 7 da revista *Al-Madan*.

Haverá, por certo, outras versões, ou leituras, do desenvolvimento da Arqueologia Urbana em Lisboa.

Todavia, em si mesmo, esta ausência de uma política formal para o estudo da cidade, revela que os fracassos dos anos 60 e 80 ainda não foram resolvidos. Multiplicaram-se as intervenções, os meios são mais abundantes, mas não dispomos de um projecto formalizado, de rostos, de arqueólogos que possam responder pelo avanço de conhecimentos sobre o urbanismo de Lisboa.

Aparentemente, em Lisboa, após uma fase difusa, o poder pretende, de uma forma clara, assumir o estudo

do passado da polis, em aliança com as entidades da tutela, IPPAR e IPA.

Neste quadro em que ponto se situa a Universidade?

### 3. A evolução da Arqueologia Urbana em Portugal – cronologia dos principais projectos

#### 3.1 Décadas de 60 e 70 – Os Anos Da Destruição, Os Primeiros Ensaios e Os Projectos Pioneiros

1961 – Intervenção de emergência em Lisboa, na Praça da Figueira (Hospital da Idade Moderna e necrópole romana) (fracasso cuja responsabilidade é atribuída à Junta Nacional de Educação cuja equipa chegou quando as obras de abertura do Metropolitano já estavam concluídas).

1966/67 – Fracasso de um novo ensaio de AU em Lisboa (primeiras escavações no Teatro romano, sem continuidade).

1973 – Criação da Direcção Geral dos Assuntos Culturais, incluindo uma Divisão de Património Cultural.

1974 – Criação do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, que tem como um dos seus objectivos o estudo da história da cidade.

1976 – Lançamento do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*, em Braga, no Norte de Portugal.

1976 – Escavações em Almada.

1977 – Extinção da Junta Nacional de Educação.

1978 – Campo Arqueológico de Mértola

1979 – Primeiras escavações de salvamento em Setúbal, *Caetobriga*, na Travessa Frei Gaspar), descobrindo um conjunto de cetárias

1979 – Início do estudo arqueológico de Silves, a mais importante cidade islâmica do Algarve.

#### 3.2 Década de 80 – A década da generalização das Intervenções Arqueológicas Urbanas

1980 – (Agosto) Criação do Instituto Português do Património Cultural, dotado de um Departamento de Arqueologia, que será a entidade coordenadora da Arqueologia Portuguesa até 1997.

1980 – (Outubro) Criação de três Serviços Regionais de Arqueologia (Norte, com sede em Braga; Cen-

tro com sede em Coimbra; Sul, com sede em Évora).

1980 – Arqueologia em meio urbano na Cidade de Almada (Ramalha), associada ao Centro de Arqueologia de Almada, fundado em 1972.

1981 – Escavações na Casa dos Bicos em Lisboa, data geralmente associada ao começo de uma praxis continuada de Arqueologia Urbana em Lisboa.

1982 – Descoberta e estudo do *Forum de Sellium*, actual cidade de Tomar.

1983 – Trabalhos arqueológicos em meio urbano na cidade de Cascais.

1983 – Sondagens no Castelo de Gaia (Universidade do Porto).

1984 – Escavações na rua de D. Hugo, no Porto, da Casa do Arquitecto, por uma equipa dos Serviços Regionais de Arqueologia.

1984 – primeira Intervenção Arqueológica urbana na cidade de Faro, por uma equipa da Universidade do Algarve, que a partir desta data passa a liderar o estudo de *Ossonoba*.

1984 – Intervenção no Palácio dos Gouveias na Rua de Burgos, em Évora, sob a coordenação do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul.

1985 – 1º Colóquio de Arqueologia Urbana em Setúbal (neste colóquio foi apresentado um conjunto de comunicações com os resultados das intervenções urbanas em Almada, Braga, Lisboa, Setúbal, Silves e Tomar.

1986 – Primeiras intervenções na cidade de Chaves, *Aquae Flaviae*.

Fins dos anos 80 – Criação do Gabinete de Arqueologia Camarário do Porto.

#### 3.3 Anos 90 – Década de expansão e de crise

1991 – Extinção do IPPC e criação do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – e correlativa extinção dos Serviços Regionais que perdem autonomia e são reduzidos a unidades dependentes de arquitectos.

1991 – Ano Negro da Arqueologia Urbana em Braga.

1992 – Criação do Gabinete de Arqueologia de Braga.

1992 – Criação de uma área de Arqueologia no âmbito do GTL de Santarém; sondagens permitem a descoberta do *Forum*.

1994 - Exposição polémica no Museu Nacional de Arqueologia sob o título de "Lisboa Subterrânea".

1994 - 2º Colóquio de Arqueologia Urbana, promovido pela Câmara Municipal de Braga (intervenção significativa de arqueólogos ligados à Secretaria de Estado da Cultura e dos Gabinetes Municipais de Arqueologia)

1997 - 3º Colóquio de Arqueologia Urbana realizada em Almada.

1997 - Criação do Instituto Português de Arqueologia. Da criação deste novo Instituto não derivou a definição de uma política específica para o estudo arqueológicos das cidades vivas.

Ao longo de toda a década de 90 grandes obras em Lisboa (Metro, Parque Subterrâneos, Recuperação do Centro Histórico e dos Monumentos da cidade) que desencadearam um amplo conjunto de trabalhos arqueológicos.

Em Braga, aumento significativo do ritmo de intervenções e estreita colaboração entre a Universidade, a Câmara e o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa. Em todas as cidades do país - desenvolvimento exponencial das intervenções urbanas embora sem uma política coordenada e sem plataformas de comunicação.

#### 4. Os projectos dos anos 70

4.1. Seria inviável, neste texto, analisar a evolução de todos os projectos acima referidos. Vamos, assim, limitar-nos aos primeiros projectos de Arqueologia Urbana que emergiram nos anos 70. Qual o seu estado actual, em breves palavras?

##### 4.1.1 Braga

O projecto de *Bracara Augusta* mantém o seu dinamismo e alcançou resultados científicos e patrimoniais inquestionáveis. A dimensão da urbe, sede conventual, a evidência da aplicação rigorosa das normas do urbanismo romano, a arquitectura, revelam um espaço que desde a época de Augusto se integrou no Império, assumindo na *Gallaecia* um protagonismo destacado, em especial no Baixo Império e na Antiguidade Tardia. E no entanto, apesar dos resultados concretos continua

a ser um projecto de resistência, sujeito a pressões da mais variada origem, subfinanciado, mal-amado. Esta circunstância, constitui aliás motivo de perplexidade para os arqueólogos da Galiza e de outras nações peninsulares.

##### 4.1.2 Mértola

Apesar das reticências iniciais de uma parte da comunidade arqueológica, beneficiou de constante apoio institucional da entidade da tutela, e mesmo durante as legislaturas de maioria absoluta do PSD teve fundos significativos. De certo modo o Campo Arqueológico de Mértola engoliu a vila, assegurando-lhe um estatuto de referência científica e museológica no quadro nacional e peninsular. A visita a Mértola faz parte dos roteiros de todos os políticos de nomeada. O contributo deste projecto para o avanço dos conhecimentos sobre o mundo paleo-cristão do ocidente peninsular e acerca do Al-Andaluz é inegável. Curiosamente, ao contrário do Salvamento de *Bracara Augusta*, este foi um projecto que se desenvolveu à margem da Universidade, embora com diversos apoios institucionais. Uma nota curiosa: foi este o único projecto que continua a ser referido como Campo Arqueológico, à maneira dos anos 70.

##### 4.1.3 Silves

Os primeiros trabalhos ocorreram em 1979 e ainda que os responsáveis não tivessem, na altura, formulado o estudo desta cidade algarvia como um projecto é evidente que as características do trabalho subsequente indicam continuidade, tendo sido criado um Museu, efectuadas novas escavações noutras zonas de Silves, estudados os materiais e desenvolvido um trabalho académico (tese de doutoramento). Tanto é assim que, na sequência da criação do IPA, a responsável pelo projecto de Arqueologia Urbana de Silves, Rosa Varela Gomes, candidatou ao PNTA o projecto Silves no Passado, projecto que mereceu parecer favorável da Comissão de Avaliação.

##### 4.1.4 Setúbal

De acordo com o texto publicado nas Actas de 1985 o

estudo de Setúbal decorre da criação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (1974) e constitui-se como projecto com duas vertentes; investigação e salvamento, com o apoio da autarquia e do IPPC, tendo os primeiros trabalhos arqueológicos significativos sido realizados em 1979, na Travessa Frei Gaspar. O Museu continua a manter laços de colaboração com a Câmara e intervenções no Centro Histórica da cidade sadina.

#### 4.1.5 Almada

Nesta nova cidade, a partir dos anos 70, talvez a partir das intervenções na área da Ramalha, constituiu-se uma linha de trabalhos de salvamento, que, embora enfrentando dificuldades específicas, conduziu a resultados muito concretos, obviando a que o crescimento da cidade apagasse o passado escondido no subsolo. O estudo do sítio de Almaraz é hoje um símbolo da continuidade dessa política.

4.2 No seu conjunto os projectos iniciados nos anos 70 contribuíram de forma decisiva para o reconhecimento da Arqueologia Urbana e para o avanço dos conhecimentos. Os estudos de Mértola e Silves proporcionaram o acesso ao mundo urbano islâmico. O estudo de *Bracara Augusta*, em paralelo com os de *Lucus Augusti*, *Asturica Augusta*, *Legio* e *Gijón*, revelaram um noroeste peninsular muito diferente da finisterra bárbara, povoada por castros superficialmente integrados no universo latino, um mitologia que imperou durante décadas.

Os projectos de Arqueologia Urbana, iniciados nos anos 70, lograram consolidar-se, mantendo uma direcção científica estável e desenvolveram-se no pressuposto de que a cidade é um arqueossítio, complexo, mas único.

Deixamos para outra ocasião e suficiente distância temporal, o balanço dos projectos que arrancaram na década seguinte.

## 5. Considerações finais

Mal grado o contributo destes projectos e do conjunto dos trabalhos realizados nas cidades ao longo das déca-

das de 80 e 90 para o estudo da história urbana, ressalta a ausência de uma plataforma comum. Não há um diálogo institucional ou informal. Entre 1976 e 2000 apenas se realizaram três colóquios de Arqueologia Urbana, dos quais apenas se publicaram as actas dos dois primeiros. Este indicador é suficientemente elucidativo da ausência de uma plataforma nacional, com periodicidade, onde se discutam políticas, leis, métodos, conflitos, ou se divulguem descobertas, notícias preliminares ou sínteses. Uma vez que não se celebram Congressos Nacionais desde 1980, não é fácil discernir se a ausência de colóquios temáticos é um problema específico da Arqueologia Urbana ou se enquadra no âmbito mais vasto da atomização da comunidade arqueológica portuguesa. De qualquer modo, o III Congresso de Arqueologia Peninsular contemplou uma secção de Arqueologia Urbana, onde dominaram as intervenções sobre o país vizinho. Independentemente da fiabilidade desse indicador, pode-se afirmar, sem margem para dúvidas, que a AU, sendo uma área com um crescimento exponencial de intervenções anuais, não tem suscitado a desejável plataforma metodológica e cognitiva.

Outro indicador da débil influência da Arqueologia Urbana é a sua escassa influência na investigação histórica ou no urbanismo. A generalidade dos historiadores, dos urbanistas e dos arquitectos, pouco sabem das novos conhecimentos que a arqueologia produz no quadro da evolução urbana das cidades que investigam, ou nas quais trabalham e projectam. Neste quadro é necessário abrir uma excepção para Mértola. Todavia, a amplitude dos conhecimentos sobre esta cidade muito deve ao interesse pessoal de um historiador, o doutor Mattoso.

Deste modo, o "apport" do estudo arqueológico para a História Urbana não tem a necessária expressão. Persiste, por exemplo, o mito de que nas cidades do norte da Península houve uma redução da vida urbana em resultado das invasões dos povos bárbaros e das incursões militares muçulmanos. As intervenções arqueológicas em Braga ou Lugo e uma nova leitura dos textos contradiz esta hipótese. Sem as antigas e novas cidades que emergiram na Alta Idade Média, sem a rede

de bispados, sem uma trama rural consolidada, o processo da chamada Reconquista Cristã não teria sido possível, ou pelo menos o seu ritmo seria diferente.

Ou seja, os avanços científicos e patrimoniais da Arqueologia Urbana permanecem em redoma de vidro e os cidadãos não discutem como seria normal em Democracia e como sucede noutros países da Europa as decisões que afectam o subsolo da sua cidade.

De algum modo as sombras de Oliveira Salazar, Duarte Pacheco e António Ferro ainda pairam no horizonte português.

A vontade de manipular o passado, a tentação do poder não só de controlar os discursos como também a construção de novos futuros, são temas que hoje se analisam frequentemente no âmbito das ciências sociais, entre as quais a Arqueologia.

A *polis*, como espaço vivido em comunidade é um lugar único, onde se poderá discutir, sem axiomas ou imposições, os caminhos que se pretendem seguir. Se o positivismo ruiu, não é menos verdade que o modernismo terminou ou em tragédias, ou em silêncios opacos, ou em ecletismos boticários com uma infinidade de opções e de categorias. Não reclamamos o regresso ao pré-iluminismo.

Existem outros caminhos. Habermas, por exemplo, sugeriu plataformas de comunicação como meio de caminhar entre as contradições filosóficas ou históricas, por um lado, e as armadilhas do relativismo puro e do post-modernismo, por outro.

Entendemos a cidade como o arqueossítio por excelência, onde se cruzam diversos passados e tempos, onde os conflitos fazem parte do quotidiano, e onde se constrói, para o bem e para o mal, o futuro. A *polis*, a urbe, a cidade, poderá não ser uma utopia, se for o espaço e o tempo dos cidadãos livres, entre os quais, obviamente, se contam, supomos, os arqueólogos. Neste sentido estamos de acordo quando se afirma que o património é um direito de cidadania. Todavia, palavras, mesmo as mais bonitas, leva-as o vento. Assim, para sermos pragmáticos é indispensável que as diferentes vozes sejam ouvidas, as opiniões ponderadas, de tal modo que a relação determinante seja a da *polis* e

do conhecimento. Assim, ao contrário do que escrevia Oliveira Salazar, o poder deverá seguir, acatar e cumprir a vontade da comunidade.

Ou seja, entendemos que a Democracia e a *praxis* da Arqueologia Urbana são indissociáveis. Neste sentido, se conjugam as palavras *polis* e política.

## Bibliografia

- ACTAS DO I COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Setúbal 1985, editadas pelo Departamento de Arqueologia do IPPC (*Trabalhos de Arqueologia 3*), Lisboa.
- ACTAS DO ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Braga 1992, editadas pela Câmara Municipal de Braga (*Bracara Augusta*, volume 45), Braga.
- ALARCÃO, Jorge (s/d) – A evolução urbanística de Coimbra: Das origens a 1940, Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra, *Cadernos de Geografia*, nº especial, Coimbra, pp 1-10.
- CAETANO, Marcelo (1977) – *As Minhas Memórias de Salazar*, ed. Verbo, Lisboa.
- DELGADO, Manuela; LEMOS, Francisco Sande e MARTINS, Manuela (1989) – Dossier – Salvamento de *Bracara Augusta*, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-39.
- DUARTE, A. L. e AMARO, Clementino (1985) – Casa dos Bicos – A Cidade e a Arqueologia, ACTAS DO I COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Setúbal 1985, editadas pelo Departamento de Arqueologia do IPPC (*Trabalhos de Arqueologia 3*), Lisboa, 143- 154.
- FABIÃO, Carlos (1994) – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa, *Penélope*, 13, pp. 147-162.
- FERNANDES, José Manuel (1994) – Lisboa no século XX. O Tempo Moderno, *O Livro de Lisboa*, vários ed., Lisboa, pp. 493-518.
- GASPAR et alii (1985) – Salvamento de *Bracara Augusta*. Reflexões, ACTAS DO I COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Setúbal 1985, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, editadas pelo Departamento de Arqueologia do IPPC, pp. 27-42, Lisboa (1986).
- LEMOS, Francisco Sande; MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1995) – À Descoberta de *Bracara Augusta*: um Projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal, *Forum*, 17, Jan, pp. 53-60.
- LEMOS, Francisco Sande e MARTINS, Manuela (1992) – A Arqueologia Urbana em Portugal, *Penélope*, 7, pp. 93-103, Lisboa.
- MARTINS, Manuela (1997) – A Gestão da Arqueologia Urbana: Realidades; Problemas e Desafios, *ARKEOS*, pp. 91-112, Tomar.
- MARTINS, Manuela e LEMOS, Francisco Sande Lemos (1998) – O projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*, *Forum*, 23, Braga, pp. 117-143 (em colaboração com Manuela Martins).
- MOITA, Irisalva e LEITE, Cristina (1985) – Recuperar *Olisipo* a partir de Lisboa. Possibilidades e limitações. Actas do I Colóquio de Arqueologia Urbana, *Trabalhos de Arqueologia*, 1, IPPC, Lisboa.
- NUNES, H. B. (1978) – O Salvamento de *Bracara Augusta*: da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas - 1977*, 1, Lisboa.
- ROSMANINHO, Nuno (1996) – *O princípio de uma revolução urbanística no Estado Novo. Os primeiros programas da idade universitária de Coimbra (1934-1940)*, ed. Minerva, Coimbra.
- RIBEIRO, José Cardim (1994) – Felicitas Iulia Olisipa: considerações sobre o Catálogo de LS, *Al-madam*, II série, nº 3, pp 75-95.
- SANTOS, Nuno Carvalho dos (1985) – Arqueologia urbana em Boston, ACTAS DO I COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Setúbal 1985, editadas pelo Departamento de Arqueologia do IPPC (*Trabalhos de Arqueologia 3*, pp 195-200, Lisboa, 1996).
- SILVA, A. C. (1994) – Arqueologia Urbana em Portugal, Actas do Encontro de Arqueologia Urbana – Braga- in *Bracara Augusta*, 45, Braga, 43-55.
- WAA. (1994) – *Subterranean Lisbon*, Electa/MNAE, Lisboa.
- WAA. (1984) – *A velha Alta Desaparecida. Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, Coimbra.

## Notas

<sup>1</sup>Sobre estas questões será útil a consulta de um artigo de F.S. Lemos e Manuela Martins (1992).

<sup>2</sup>Sobre a história da Arqueologia Urbana em Lisboa deve consultar-se o texto de Carlos Fabião (1994)

